

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(do Sr. Helder Salomão)

Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência aos municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus, Barra de São Francisco, Colatina e Baixo Guandu, todos no Estado do Espírito Santo, para verificar a situação das populações atingidas pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG.

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência aos municípios Aracruz, Linhares, São Mateus, Barra de São Francisco, Colatina e Baixo Guandu, todos no Estado do Espírito Santo, para verificar a situação das populações atingidas pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, para o cumprimento das atribuições regimentais em casos de violações e ameaças graves de direitos humanos, considerando o disposto no artigo 32, inciso VIII, alínea *a*.

JUSTIFICATIVA

Em 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão, da empresa Samarco, se rompeu no Município de Mariana em Minas Gerais, o que deu origem ao mais grave desastre ambiental ocorrido no Brasil em relação à mineração. Milhares de toneladas de lama tóxica inundaram cidades até encontrar as águas do Rio Doce. Os rejeitos seguiram por 500 quilômetros do Rio Doce até atingirem a foz, em Regência, em Linhares, no Espírito Santo, 17 dias após o início do crime ambiental.

Ao atingir o Rio Doce, esta lama acabou impactando a todos os municípios cortados por ele entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em entrevista concedida em 19 de novembro, Luciano Magalhães, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Baixo Guandu (ES), declarou que a água do Rio Doce “não tem mais utilidade nenhuma, sendo imprópria para irrigação e consumo animal e humano”.

Na região reside aproximadamente 3,2 milhões de pessoas. A lama atingiu diversos córregos e cursos d'água que formam os rios Gualaxo do Norte e rio do Carmo, alcançando e arrasando completamente estes dois rios, que são importantes afluentes do Rio Doce.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Entendemos ser um direito humano fundamental o direito à saúde e a um meio ambiente saudável. Logo, estas populações estão sendo destituídas de seu direito, pois há quase 4 anos, não possuem um ambiente equilibrado e saudável, tampouco a saúde está protegida. Os moradores continuam sendo obrigadas a mudar de profissão para fugir da lama e as doenças, não observadas antes da tragédia, persistem nas vidas dos trabalhadores.

São pescadores, donos de pousadas, artesãos, marisqueiros que lutam para serem reconhecidos como atingidos. Muitos não receberam o auxílio mensal pago pela Fundação Renova, criada pela Samarco para enfrentar a questão, por meio de um cartão. Outros estão sem a indenização por danos morais e materiais prevista no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado entre Samarco, as acionistas Vale, BHP Billiton, governo federal e governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo em 2016.

Os atingidos continuam esperando respostas do poder público e das empresas responsáveis pelo crime ambiental sobre a contaminação da água, da fauna e flora, dos riscos a saúde da utilização desta água para consumo e para a irrigação de lavouras.

A falta de conhecimento da situação da qualidade da água impede que pescadores exerçam sua profissão, pois não há mercado para o produto. Tudo isto coloca estas populações em situação de vulnerabilidade e de desrespeito aos direitos básicos. Sendo assim, dando continuidade aos trabalhos da CDHM de acompanhamento da situação, solicito aos nobres pares apoio a esta diligência.

Sala das Comissões, em de março de 2019.

Deputado HELDER SALOMÃO
Presidente